

AMBIENTE Entidades acusam Tripoli de desmontar estrutura criada por Franco Montoro; Alckmin diz que analisará pedido

ONGs pedem demissão de secretário

SÉRGIO DURAN
DA REPORTAGEM LOCAL

O Coletivo de Entidades Ambientais do Estado, que representa 120 organizações, pediu ontem o afastamento do secretário do Meio Ambiente, Ricardo Tripoli, e a intervenção do governador Geraldo Alckmin no Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema), presidido por Tripoli.

Trata-se da segunda investida do grupo. Há um mês, a associação encaminhou ao governador uma moção de desagravo com 16 acusações contra o secretário.

A assessoria de imprensa do Palácio dos Bandeirantes informou que o governador passou o dia de ontem em compromissos no ABC e, por isso, não teve acesso ao pedido protocolado pelas entidades. Segundo a assessoria, Alckmin afirmou que analisará o pedido.

Além disso, organizações de maior porte em relação às asso-

ciadas do Coletivo, como a Fundação SOS Mata Atlântica e o Instituto Sócio-Ambiental (ISA), manifestaram-se isoladamente em oposição a Tripoli.

"O que ocorre, hoje, é o inusitado. Nunca um secretário conseguiu ter a oposição de praticamente todas as entidades ambientalistas", afirma Mário Mantovani, diretor de relações institucionais da SOS Mata Atlântica.

A SOS é uma das entidades paulistas de maior trânsito no PSDB, partido de Tripoli e Alckmin. Talvez por isso, foi a única recebida pessoalmente pelo governador. O encontro ocorreu no fim do mês passado e teve participação do secretário, segundo Mantovani.

Para ele, Tripoli está desmontando todo o sistema ambiental do Estado, que foi criado na gestão do ex-governador Franco Montoro (1983-85). Essa é uma das acusações feitas pelo Coletivo.

Hoje à tarde, ambientalistas e o

secretário foram convidados para um enfrentamento na reunião da Comissão de Defesa do Meio Ambiente da Assembleia Legislativa.

"Ele [Tripoli] tem divulgado projetos que afetam milhões de pessoas sem permitir nenhum tipo de debate", afirma o deputado estadual Donisete Pereira Braga (PT), vice-presidente da Comissão. A Folha procurou o presidente, Rodolfo Costa e Silva (PSDB), mas não obteve resposta.

O Coletivo acusa Tripoli de comandar "politicamente" o Consema. "Ele atua como se estivesse ainda na Assembleia", diz o ambientalista Carlos Bocuhy, um dos 37 conselheiros. Segundo ele, o secretário aproveita-se da maioria dos votos para aprovar projetos "no afogadilho e sem debate".

Um dos projetos aprovados, repudiado por ambientalistas, que têm seis cadeiras, é o que permite construir uma penitenciária no Parque Estadual da Cantareira.

SÉRGIO DURAN

Tripoli afirma que sua gestão em conselho é 'liberal e democrática'

DA REPORTAGEM LOCAL

O secretário Ricardo Tripoli afirmou, por meio de sua assessoria de imprensa, que o pedido protocolado ontem pelo Coletivo de Entidades Ambientais não é novidade. Ele disse ainda que já respondeu às 16 acusações formuladas pelo grupo e que recebeu apoio de outras 98 organizações.

A assessoria enviou documento de 11 páginas no qual o secretário se defende. Sobre a acusação de que Tripoli comanda o Consema de forma autoritária, ele diz que o conselho tem tido "a mais liberal e

democrática" condução, "exaurindo sempre as discussões".

O secretário cita o projeto de regularização fundiária das áreas de proteção aos mananciais, que, segundo ele, foi aprovado por "21 votos favoráveis, nenhum contrário e cinco abstenções".

Sobre a aprovação, pelo Consema, da construção de uma penitenciária no Parque Estadual da Cantareira, Tripoli afirma que se trata de uma "afirmação descabida e mentirosa".

A assessoria entregou as cartas de apoio recebidas por Tripoli após a moção de desagravo. A

maioria dos documentos entregues era proveniente de Câmaras Municipais e prefeituras de cidades do interior do Estado.

Há apoios da Ordem dos Advogados do Brasil, em carta de Márcio Cammarosano, que ocupa cadeira no Consema, e de pequenas entidades ambientalistas do interior paulista, como a Apoena (Associação em Defesa do Rio Paraná, Afluentes e Mata Ciliar).

Há também uma carta da Vitae Civillis, entidade representativa na Grande São Paulo, que, na verdade, pede mais esclarecimentos sobre a moção de desagravo.